

RECURSO ESPECIAL Nº 1.836.993 - PR (2019/0268926-1)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
RECORRENTE : AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A
ADVOGADO : ALEXANDRE NELSON FERRAZ - PR030890
RECORRIDO : Nanci Maria Jager
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE0000000M

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. FUNDAMENTAÇÃO. DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ.

1. Cuida-se, na origem, de ação de execução de título extrajudicial.
2. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.
3. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a oposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
4. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A , com fundamento, exclusivamente, na alínea "a" do permissivo constitucional.

Recurso especial interposto em: 28/05/2018.

Concluso ao gabinete em: 12/09/2019.

Ação: de execução de título extrajudicial, fundada em contrato de financiamento, ajuizada pela recorrente em face de Nanci Maria Jager.

Sentença: indeferiu a petição inicial devido ao descumprimento da determinação de emenda, que visava à juntada da via original do título executivo.

Acórdão: não conheceu da apelação interposta pela recorrente, por ofensa ao princípio da dialeticidade, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 90):

"APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - SENTENÇA QUE INDEFERIU A INICIAL E EXTINGUIU O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO - IRRESIGNAÇÃO DO AUTOR - APELO QUE DEIXOU DE ATACAR O FUNDAMENTO DA SENTENÇA - OFENSA AO

PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE - EXEGESE DOS ARTS. 932, INCISO III, E 1.010, INCISO III, DO CPC/15 - RECURSO NÃO CONHECIDO".

Embargos de declaração: opostos pela recorrente, não foram conhecidos, também por falta de dialeticidade.

Recurso especial: alega violação dos arts. 784, III, 1.010 e 1.013, § 1º, do CPC/15, sustentando que: (i) foram apresentados, nas razões do recurso de apelação, os argumentos pelos quais se pretendia a reforma da sentença; (ii) o documento denominado "ficha cadastral" apresenta os requisitos necessários para ser considerado título executivo extrajudicial.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Julgamento: CPC/2015.

- Da fundamentação deficiente

Os argumentos invocados pelo recorrente não demonstram, pontualmente, como o acórdão recorrido violou os arts. 1.010 e 1.013, § 1º, do CPC/15. Isso porque a parte se limitou a afirmar, de maneira genérica, que o recurso de apelação apresentou as razões de fato e de direito para a reforma da sentença, deixando, contudo, de demonstrar, analicamente, quais foram os fundamentos da sentença e as respectivas razões do apelo.

Por isso, o conhecimento do recurso especial é inviável, ante a incidência da Súmula 284/STF.

- Da ausência de prequestionamento

Apesar da oposição de embargos de declaração, o acórdão recorrido não decidiu acerca da higidez do título executivo apresentado, o que impede o conhecimento do recurso especial quanto ao tema. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 211/STJ.

Superior Tribunal de Justiça

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora